



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

## NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Jhaimes Souza Teixeira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

Endereço eletrônico: [jhames.teixeira@gmail.com](mailto:jhames.teixeira@gmail.com)

Iracema Oliveira Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

Endereço eletrônico: [iracema.lima@uesb.edu.br](mailto:iracema.lima@uesb.edu.br)

A complexidade apresentada atualmente no âmbito político, econômico e social, caracterizada pelas mudanças exacerbadas da função do Estado-nação, mais especificamente a sua atuação nas políticas sociais, traz uma série de questões no que diz respeito a função do Estado ante a responsabilidade de gestar o bem público, particularmente a educação pública. Tais mudanças são provenientes da reestruturação que o capitalismo vem sofrendo, engendrado pela internacionalização e globalização da economia.

No Brasil, a política neoliberal adotada como paradigma de salvaguardar e reforçar os mecanismos de produtividade e lucratividade do mercado capitalista, sobrepondo e regulando as relações sociais, e, concomitantemente, tirando o Estado de sua responsabilidade social, vem acontecendo um desmantelamento das políticas sociais.

As políticas neoliberais marginalizam a atuação do Estado no campo educacional mediante:

[...] o incentivo às grandes empresas para assumirem seus próprios sistemas de ensino; da promoção de parcerias do setor público com instituições da sociedade civil; do incentivo para a criação de escolas cooperativas ou organizadas por centros populares; da adoção de escolas públicas pelas empresas; e da criação de organização não governamentais, que contam com a participação de fundos públicos. (OLIVEIRA, 1998, p. 116)

Nesta perspectiva, intensifica-se o processo de privatização das estruturas estatais tanto na esfera da produção, quanto nos setores associados às questões sociais. Destarte, embora as privatizações iniciem-se na esfera econômica, o campo social não escapa de suas ações nefastas, especialmente na educação e na saúde.

A retórica que perfila, na década de 1990, é a de que a crise no sistema educacional é uma demonstração da ineficiência e falência do estado brasileiro. Dessa forma, a

**DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**





privatização aparece como válvula de escape com o objetivo de atender as necessidades primordiais para a população.

Diante disso tudo, as discussões hoje, no Brasil, sobre a política educacional, estão sendo dinamizadas em torno das ações neoliberais, que embora tenha como contraponto o enfrentamento político de organizações político-sindicais, tem sucumbido aos ditames do mercado financeiro, com a aquiescência da elite política financeira do país. A urgência e necessidade de aprofundar as pesquisas acerca dos problemas e as implicações da estratégia neoliberal no campo educacional tem exigido, por parte dos profissionais de educação, análises e metodologias diversas de abordagens teórico-metodológicas.

Neste cenário, o presente trabalho tem como objetivo refletir acerca de algumas orientações estabelecidas na definição das políticas educacionais no Brasil no período da década de 1990. Buscamos perspectivar o paradigma neoliberal, com o seu discurso doutrinário de minimalização do Estado, e a subordinação da existência social à dominação e à lógica do capital, como ponto de partida para compreender seu alcance no Brasil, inserindo-o no mercado globalizado, liberando espaços econômicos para a livre iniciativa e por fim subordinando-o ao mercado internacional.

Contraditoriamente ao executado nos países de pobres, os setores estratégicos das economias norte-americana e inglesa continuam sob protecionismo estatal. Isto deveria soar como um contrassenso, pois se trata dos países que engendram o sistema não exatamente para si, mas prescrevem “receitas” que são aplicadas em sua totalidade nos países de economia dependente. Frigotto (1995) destaca as orientações neoliberais por exemplo com relação a noção de livre mercado e as relações com a classe trabalhadora, assim:

[...] Foram apontadas, entre as funções do neoliberalismo, a de restringir o papel do Estado na garantia dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e a de privatizar empresas públicas para favorecer o mercado. [...] No mundo globalizado, a competição e a competitividade entre as empresas tornaram-se questões de sobrevivência. Entretanto, como o poder das empresas (quanto ao domínio de tecnologias, de capital financeiro, de mercados, de distribuição etc.) é desigual, surgem relações desiguais entre elas e o mercado (FRIGOTTO, 1995, p. 37).

O neoliberalismo pressupõe liberdade absoluta para o capital que não mais terá como limitador o Estado nem suas políticas sociais. O planeta, e não mais as nações, é o





seu palco de operações cotidiano. Livre de fronteiras, dos Estados, livre de legislações trabalhistas, de obrigações sociais, impostos, o neoliberalismo persegue taxas de juros mais altas, capazes de tirar o capitalismo do atoleiro. Os seus insucessos quais, verificados até agora talvez, sejam um alerta de sua ineficiência enquanto solução.

A maioria dos países da América Latina, a partir da década de 1980, passou por um processo de transformação política e econômica, sob a égide do neoliberalismo. Trata-se de um processo que mudou as relações entre sociedade, instância política e mercado, visando a inserção das economias nacionais no mercado internacional. Ademais, as mudanças ocorridas na América Latina vão se diferenciar em cada país, de acordo com a peculiaridade e organização da economia, da sociedade civil e política.

No Brasil, a ação da política neoliberal foi a de liberar os espaços econômicos para a livre iniciativa. Isso significa tirar todos os “obstáculos” que impedem a ingerência do capital e submeter a classe trabalhadora às regras ferrenhas dos ditames neoliberais. Ou seja, impor uma exploração do trabalho ao limite. Estas ações vão obtendo êxito em função das iniciativas do executivo nacional que obtém a proteção tanto do legislativo quanto do judiciário vez que defendem a mesma perspectiva de mercado e sociedade.

O Consenso de Washington, realizado em 1989, apontou uma série de medidas que deveria ser colocada em ação tanto no Brasil, quanto em vários países da América Latina, como condição *sine qua non* para a intervenção (“ajuda”) financeira dos Estados Unidos a esses países. Segundo SANDRONI (1999), o Consenso de Washington,

foi um conjunto de trabalhos e resultados de reuniões e economistas do FMI, do BIRD e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington a partir de 1989. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com o mínimo de atribuições ou funções (privatizando as atividades produtivas) e, portanto como mínimo de despesas, principalmente na área social, para solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, crescimento econômico insuficiente [...] (SANDRONI, 1999, p.123).

Essas conclusões do Consenso tornaram-se condições indelévels para a concessão de créditos. Daí que a dilapidação do Estado Brasileiro tem seu auge no mandato de Sarney permanecendo perene nos Governos posteriores. Diante dessa conturbada situação





da economia e a dilaceração do Estado brasileiro, foi que a ideologia neoliberal interferiu avassaladoramente. Francisco de Oliveira ressalta que

a eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do /estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação despreparada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais (OLIVEIRA in SADER & GENTILI, 1995, p.25).

No governo de Itamar Franco, o poder político e ideológico da onda liberal conservadora começou a operacionalizar através de doses homeopáticas para controlar a hiperinflação que assolava a economia do período. A partir disso, em 1996, o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, apresentou a proposta de desenvolvimento do governo de Fernando Henrique Cardoso, no documento “A Inserção Externa e o Desenvolvimento”. Nesse documento, o governo, estabelecia uma política macroeconômica, que viabilizaria o processo de abertura do mercado brasileiro.

O embate político que envolve a educação, entre interesses gerais da nação e interesses particulares, religiosos, profissionais ou corporativos, é de fato muito antigo. Equilíbrio, é o que nunca houve. O que tem havido é uma periódica alternância de hegemonias. Sempre que posições mais progressistas prevalecem, durante algum período curto, em defesa de interesses nacionais e democráticos, elas têm promovido instituições educacionais compatíveis com essas posições.

O processo de privatização da educação pública brasileira não foge a esta regra de interesses políticos de grupos que chegaram ao poder e “ditaram” regras para intensificação do processo de *privatismo*. A ameaça à democracia e à educação pública, contudo, não está vindo nem de uma “direita autoritária nem de uma esquerda sectária, mas de um novo postulante, o “pensamento único”, um pragmatismo ultraliberal, que pretende erigir as forças de mercado como critério último de razão, para além dos direitos do indivíduo ou dos interesses da nação, que, aliás, pode vir a sucumbir junto com a educação” (GENTILI, 1999).

A privatização é algo maior que a simples “venda” de instituições públicas, e isso fica evidente quando o Banco Mundial define as formas de financiamento, a discussão dos fundos públicos e de seu gerenciamento e execução, sugerindo-se a contribuição do





setor privado. A relação de coordenação dos processos de privatização, principalmente a educação, tem forte participação do Banco Mundial, através da ação combinada de suas instituições (a exemplo do BIRD), apresentando e estipulando propostas para todos os ramos de educação no Brasil, todas estas de caráter privatizante.

É evidente que esses acontecimentos de privatização não têm apenas a intenção de impor os ditames do sistema capitalista que agora está em crise, mas sim a diminuição do espaço público, a substituição da lógica do público/estatal pela do privado no interior da esfera pública. A ampliação do capitalismo, não só em termos econômicos, mas em termos sociais e culturais, é sem dúvida, um fato a ser considerado. Sobre o disposto acima, Pablo Gentilli afirma que, o neoliberalismo transforma a privatização da escola pública numa mera questão econômica vinculada à diminuição do investimento governamental. E por fim:

A privatização escolar cria condições para uma mais ampla e marcada concentração do poder educacional de consequências evidentemente antidemocráticas: a dualização do sistema se aprofunda, “ganhadores e ‘perdedores’ da distribuição desigual dos bens educacionais vão cristalizando suas posições. A escola melhora para alguns poucos e piora para a grande maioria. O óbvio se torna cada vez mais complexo (GENTILI, 1999, p. 328).

Certamente não se tem hoje, as condições objetivas para se chegar à autonomia educacional, mas é claro que a privatização não é a solução, mas sim o acirramento da exclusão por parte de uma maioria no processo educativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Educação; Privatização.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Luís. Antônio. Educação Pública: os limites do estatal e do privado. In: Oliveira, Romualdo Portela de (org.). Políticas Educacionais: impasses e alternativas. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILLI, Pablo. A complexidade do Óbvio: a privatização e seus significados no campo educacional. In: SILVA, Luís Heron da (org.). A Escola Cidadã no Contexto da Globalização. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.





**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

GENTILLI, Pablo (org.). Pedagogia da Exclusão. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

IANNI, Octávio. A sociedade Global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão Democrática da Educação. 3ª edição. Petrópolis: Vozes 2001.

OLIVEIRA, Maria auxiliadora Monteiro. Escola ou empresa? Petrópolis: Vozes, 1998.

SADER, Emir & GENTILLI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1995.



**DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**